



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz - RS

LEI Nº 1.473, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Vera Cruz para o exercício financeiro de 2018.

O Prefeito em Exercício de Porto Vera Cruz, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

I — o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta.

II — o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e a ele vinculado.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2.º A receita orçamentária total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 14.507.035,10 (quatorze milhões, quinhentos e sete mil, trinta e cinco reais e dez centavos) de acordo com o seguinte desdobramento:

I — R\$ 9.538.644,04 (nove milhões, quinhentos e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos) do Orçamento Fiscal; e

II — R\$ 4.968.391,06 (quatro milhões, novecentos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e um reais e seis centavos) do Orçamento da Seguridade Social.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz - RS

Art. 3.º A estimativa da receita por Categoria Econômica será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o desdobramento constante do Anexo I.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4.º A Despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 14.507.035,10 (quatorze milhões, quinhentos e sete mil, trinta e cinco reais e dez centavos) distribuída nas Categorias Econômicas e respectivos Grupos de Natureza da Despesa, constantes do Anexo I, segundo o seguinte desdobramento:

I — R\$ 11.576.861,67 (onze milhões, quinhentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e sete centavos) em despesas correntes;

II — R\$ 434.458,22 (quatrocentos e trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos), em despesas de capitais; e

III – R\$ 2.495.715,21 (dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e quinze reais e vinte e um centavos) em reserva de contingência.

Seção III

Da Distribuição da Despesa por Órgão

Art. 5.º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o art. 30 da Lei Municipal nº 1.463, de 27 de outubro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, e com o art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 6.º A Despesa Total, fixada por Função, Subfunção, Projetos, Atividades, Poderes, Órgãos, a Consolidação dos Quadros Orçamentários e o Demonstrativo por Órgão e programas de trabalho apresenta desdobramento no anexo 2.

Seção IV

Da Autorização para Abertura de Crédito

Art. 7.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada, para transposição, remanejamento ou transferência de recursos, com a finalidade de suprir insuficiências dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, respeitadas as prescrições constitucionais e os termos da Lei Federal n.º 4.320, de 1964, mediante a utilização de recursos provenientes de:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone:0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz - RS

- I — anulação parcial ou total de dotações;
- II — incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço; e
- III — excesso de arrecadação.

Parágrafo único. Excluem-se da base de cálculo do limite autorizado no *caput* deste artigo os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida e as despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar.

Art. 8.º O limite autorizado no art. anterior não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

- I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;
- II — pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;
- III — despesas financiadas com recursos vinculados, operações de crédito e convênios;

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica limitada aos efetivos recursos assegurados.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 11. As transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal estarão disponíveis até o dia 20 de cada mês.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos previstos nesta Lei, bem como a oferecer as contra garantias necessárias à obtenção de autorização do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

Art. 13. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone:0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz - RS

Art. 14. Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante das receitas, despesas, resultados primário e resultado nominal previsto nos demonstrativos referidos nos incisos I, II e III do art. 2º da Lei Municipal nº 1.463, de 27 de outubro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, em conformidade com disposto no § 2º do mesmo artigo.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício de Porto Vera Cruz, em 18 de dezembro de 2017.

FLÁVIO JACÓ SEIMETZ
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.
Em 18 de dezembro de 2017.

GIANCARLOS TIZIAN
Secretário Mun. de Administração